

MOVIMENTO NEGRO NA EDUCAÇÃO: IDENTIDADE E ANTIRRACISMO NO CURRÍCULO DA EDUCAFRO

BLACK MOVEMENT IN EDUCATION: IDENTITY AND AN- TI-RACISM IN EDUCAFRO'S CURRICULUM

MOVIMIENTO NEGRO EN LA EDUCACIÓN: IDENTIDAD Y ANTIRRACISMO EN EL CURRÍCULO DE EDUCAFRO

Amilcar Araujo Pereira¹

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7781-6882>

Sara Carolina de Castilho Dâmaso dos Santos²

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4503-4768>

Resumo: O principal objetivo deste artigo é realizar uma análise sobre o currículo da EDUCAFRO, uma organização do movimento negro brasileiro criada nos anos 1990 e que, desde então, mantém cursos pré-vestibulares, buscando perceber como ela procura influir na formação de subjetividades dos estudantes e quais os saberes que ela traz para esse processo de formação. A *Prova de Cidadania*, estratégia curricular elaborada pela EDUCAFRO a partir de um conjunto de textos chamados de Temas de Cidadania, será privilegiada em nossa análise. Este artigo é um dos resultados de uma pesquisa de mestrado e teve como metodologias a observação participante, a história oral e a análise documental.

Palavras-chave: EDUCAFRO; Currículo; Movimento negro; Antirracismo; Identidade

Abstract: The main objective of this article is to analyze the curriculum of EDUCAFRO, an organization of the Brazilian black movement created in the 1990s and which has since undergone pre-university courses, seeking to understand how it aims to influence the formation of students' subjectivities and what knowledge it brings to this training process. The Citizenship Test, a curricular strategy elaborated by EDUCAFRO based on a set of texts called Themes of Citizenship, will be privileged in our analysis. This article is one of the results of a master's research and its methodologies were participant observation, oral history and document analysis.

Keywords: EDUCAFRO; Curriculum; Black movement; Anti-racism; Identity

Resumen: El principal objetivo de este artículo es realizar un análisis sobre el currículum de EDUCAFRO, una organización del movimiento negro brasileño creada en los años 1990 y que desde entonces, mantiene cursos pre-vestibulares, buscando percibir cómo ella intenta influir en la formación de subjetividades de los

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ – Brasil

2 Doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Servidora na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. Todos no Rio de Janeiro, Brasil.

estudiantes y que los saberes que ella trae para ese proceso de formación. La Prueba de Ciudadanía, estrategia curricular elaborada por EDUCAFRO a partir de un conjunto de textos llamados de Temas de Ciudadanía, será privilegiada en nuestro análisis. Este artículo es uno de los resultados de una investigación de maestría y sus metodologías fueron la observación participante, la historia oral y el análisis documental.

Palabras clave: EDUCAFRO; Currículo; Movimento negro; Antirracismo; Identidad

INTRODUÇÃO

O Ensino Superior no Brasil é um nível da educação com acesso restrito, através de avaliação meritocrática. Assim, configura-se como privilégio social, excluindo pobres, negros, indígenas e outras minorias, que, apesar de atualmente terem o acesso à Educação Básica, até os dezessete anos, garantido por lei, têm suas trajetórias atravessadas por situações como a precarização da escola pública, a inserção precoce no mundo do trabalho e o acesso restrito a serviços e equipamentos culturais. A partir dessa realidade, iniciou-se na década de 1990³, quando houve uma ampliação da oferta do Ensino Médio, a difusão pelo país de cursos pré-vestibulares populares, que buscam a inserção de pessoas pobres no Ensino Superior. Entre os pré-vestibulares populares há aqueles com preocupações voltadas para a questão racial, que percebem a maior exclusão de pessoas negras deste nível de ensino e buscam possibilitar seu acesso, constituindo-se como parte do movimento negro em suas lutas por educação.

Diferentes iniciativas possibilitaram a criação de cursos pré-vestibulares voltados para o atendimento a negros e pobres, que além de buscar o acesso ao Ensino Superior para esses grupos, preocuparam-se com transformações sociais e com a luta contra o racismo e pela afirmação de uma identidade negra. Entre esses cursos destaca-se o oferecido pela Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO), atualmente presente em diferentes estados do Brasil. A EDUCAFRO surge na década de 1990, em São João de Meriti, município da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, a partir de um movimento de rompimento com outro curso, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), e é fundada pelo grupo dissidente. A organização é dirigida por um grupo de freis Franciscanos, mas se autodenomina ecumênica e tem entre seus membros voluntários dos mais diferentes pertencimentos religiosos e ateus. Fazem parte da EDUCAFRO estudantes e voluntários majoritariamente negros. Ela é entendida em nossa análise como uma organização do movimento negro, apesar de agregar também sujeitos não-negros. Entendemos que a organização baseia suas lutas e o projeto educacional que busca construir a partir de uma perspectiva racializada sobre as desigualdades brasileiras.

³ Os cursos pré-vestibulares populares difundiram-se na década de 1990, mas, não surgiram apenas neste momento. Segundo Nascimento (2010) em 1975 foi fundado curso pré-vestibular do Centro de Estudos Brasil-África (CEBA), organização do movimento negro em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Ele aponta ainda, em 1986, o surgimento do curso pré-vestibular do projeto “Universidade para Trabalhadores” da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ASSUFRJ, atual SINTUFRJ).

Como sendo uma organização que mantém um pré-vestibular popular do movimento negro, a EDUCAFRO tem importante atuação na luta por políticas de ação afirmativa. De acordo com Nascimento, PVNC e EDUCAFRO destacam-se entre os pré-vestibulares populares “como as principais organizações, tanto em termos de números (cursos e pessoas envolvidas), quanto em termos de presença e influência que, eventualmente, exercem no debate e na agenda de constituição de políticas públicas e institucionais.” (2010, p.99). Além disso, atua através da articulação com Instituições de Ensino Superior (IES) privadas que fornecem bolsas de estudo e das aulas em núcleos pré-vestibulares.

A organização tem entre seus objetivos “valorizar a vocação ativista e o engajamento social em todas as esferas da sociedade, como instrumento de transformação social”⁴, e “proporcionar surgimento de novas lideranças e cidadãos conscientes nas comunidades e universidades; formação cidadã e acadêmica através das aulas de professores voluntários nos cursinhos comunitários”⁵. Assim, apontamos que a EDUCAFRO tem muitos campos de luta e que, além da inclusão educacional, a transformação dos indivíduos e da sociedade estão em seu horizonte de atuação. Isso faz do currículo da própria instituição um desses campos de luta, onde ela poderá apresentar saberes que entende como legítimos e importantes para a formação dos estudantes.

Em seus cursos pré-vestibulares, a EDUCAFRO necessita trabalhar os conteúdos necessários para a aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), juntamente com aqueles elementos que entende como importantes para a “formação cidadã” dos seus estudantes. Entretanto, a organização desenvolveu estratégias que se espraiam para além das salas de aula para desenvolver seu currículo. Assim, a negociação com os saberes necessários para a aprovação no ENEM nem sempre se faz necessária. Vale ressaltar ainda que há estudantes que fazem parte da EDUCAFRO, mas não necessariamente realizam os cursos para a aprovação no ENEM; são aqueles que buscam bolsas de estudos em instituições privadas. Apesar de não realizarem os cursos pré-vestibulares, esses estudantes têm contato com o currículo da EDUCAFRO a partir das estratégias que o fazem estabelecer-se em diferentes espaços-tempo.

Uma dessas estratégias é a *Prova de Cidadania*, uma avaliação pela qual todo estudante precisa passar para então ingressar na EDUCAFRO. Baseada nos Temas de Cidadania, textos selecionados e/ou produzidos pela organização, acessíveis em seu *web site*. Essa prova confere o acesso aos cursos pré-vestibulares da organização e às bolsas em IES parceiras. Assim, o estudante que ingressa nos pré-vestibulares da EDUCAFRO tem com a *Prova de Cidadania* o primeiro contato com o currículo da organização, com o qual irá dialogar ao longo do curso em diferentes espaços, como as salas de aula e outros de-

4 Estatuto da EDUCAFRO. Disponível em: <https://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2015/05/Estatuto-2014.pdf> consulta em: 19/12/17.

5 Idem.

envolvidos pela organização. E o estudante que ingressa em instituição de ensino privada com apoio da EDUCAFRO participa também do currículo nela desenvolvido.⁶

Entendemos que em relação ao currículo que desenvolve através dos Temas de Cidadania não se faz necessário trabalhar conteúdos do ENEM, e assim, os objetivos formativos da EDUCAFRO poderão ser percebidos de forma mais evidente, emergindo saberes construídos no espaço-tempo específico da organização. Neste trabalho desenvolveremos uma análise sobre o currículo da EDUCAFRO buscando perceber como ela procura influir na formação de subjetividades dos estudantes e quais os saberes que ela traz para essa formação. A prova de cidadania, como estratégia curricular, será privilegiada na análise. O trabalho é fruto de pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2017 e 2019, por Santos, sob orientação de Pereira, e intitulada *As lutas do movimento negro por educação: saberes em fronteira no currículo da EDUCAFRO*. A pesquisa teve como metodologias a análise documental, a observação participante e a história oral. Neste artigo, apesar de diferentes fontes serem exploradas, a análise documental será privilegiada, tendo em vista a importância dos textos dos Temas de Cidadania para a análise proposta.

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES.

A EDUCAFRO busca inserir estudantes negros e pobres em universidades públicas e privadas. A luta pela inserção nas universidades públicas pode ser percebida através da existência de cursos pré-vestibulares e da participação da EDUCAFRO nos debates e disputas em torno da luta pelas políticas de ação afirmativa para negros, principalmente a partir de 2001, quando foi realizada em Durban, na África do Sul, a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo. A frase “cotas para negros nas universidades públicas” foi inserida por militantes do movimento negro no próprio documento oficial levado pela delegação do governo brasileiro para a Conferência de Durban, em 2001. (ALBERTI e PEREIRA, 2006) Este fato tornou o debate sobre as políticas de ação afirmativa para negros um verdadeiro debate nacional, que foi ainda mais expandido entre 2002 e 2003, com a adoção de cotas para negros no vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), primeira universidade pública brasileira a implementar a política de ação afirmativa para ingresso de negros. A EDUCAFRO foi um ator social importante no processo de construção e implementação das primeiras políticas de ação afirmativa para negros, sempre em diálogo com a UERJ e com outras universidades do país. Ela também participou em debates em nível nacional, pressionando politicamente o Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade das cotas, nas audiências públicas promovidas sobre o tema no STF, e o próprio Ministério da Educação até a criação da chamada Lei de Cotas, sancionada pela presidenta Dilma

⁶ Esse contato se dá através ainda de outras estratégias, que serão destacadas abaixo.

em agosto de 2012.⁷ A luta da EDUCAFRO pela inserção dos estudantes nas instituições privadas pode ser percebida através das parcerias estabelecidas com diversas IES para a obtenção de bolsas de estudos de graduação e pós-graduação.

É possível perceber que as bolsas em instituições privadas funcionam como um atrativo nas páginas da organização na *internet*, onde sua oferta merece grande destaque. As páginas de *internet* constituem ferramentas de comunicação onde a EDUCAFRO se faz conhecer, divulgando suas ações, disponibilizando materiais para os associados e dialogando com aqueles que as acessam. O site da Regional Rio de Janeiro da EDUCAFRO⁸ (EDUCAFRO Rio) abre com uma imagem, que preenche toda a tela do dispositivo de informática, composta de fotografia de estudantes negras ladeada por um fundo azul onde se lê “Bolsa de até 100% até o fim do curso.”⁹, já na página da rede social *Facebook* da EDUCAFRO Rio, na parte dedicada a informações, no item *sobre*, onde a instituição apresenta-se a quem visita sua página, consta o texto “Bolsas de estudo nacional e internacional para graduação e pós-graduação, presenciais ou EAD, de até 100%, até o final do curso. Bolsas para cursos de idiomas. Cursos preparatórios para o ENEM, concurso público e pré-vestibular e muito mais.”¹⁰

O fato de o texto sobre as bolsas de estudo aparecer antes e, por vezes, com maior destaque que os textos sobre os cursos pré-vestibulares, pode indicar uma forma de atrair pessoas que acreditam mais na possibilidade de conseguir uma bolsa em instituição privada do que no seu ingresso em instituições públicas de Ensino Superior, que historicamente são marcadas por processos de exclusão de pobres e negros, através de exames de seleção meritocráticos. Entretanto, essa possível crença não é necessariamente definitiva, e pode ser transformada e, nesse caso, o estudante pode buscar o ingresso em cursos pré-vestibulares da EDUCAFRO, divulgados nas mesmas páginas da internet. É possível que o aluno se prepare para os vestibulares de faculdades privadas participando de um curso pré-vestibular da EDUCAFRO, mas, em geral essas instituições têm menor relação candidato-vaga, o que possibilita maiores chances de aprovação em seus exames. Assim, muitos estudantes podem não sentir necessidade de realizar um curso pré-vestibular na

7 A Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, decretou que no prazo máximo de quatro anos a partir de sua publicação, ou seja, a partir de agosto de 2016, as instituições de ensino superior (IES) federais deveriam passar a oferecer, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em rede pública de ensino. Para essas vagas há ainda mais dois critérios: contemplar, em 50% delas, estudantes com renda familiar per capita inferior a 1,5 SM; ser preenchidas por indivíduos pretos, pardos, indígenas e com deficiência, em proporção igual ou superior à de cada uma dessas populações na Unidade da Federação (UF) onde está instalada a instituição de ensino. No caso de não preenchimento de todas as vagas, segundo esses critérios, as remanescentes devem ser direcionadas a estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

8 A EDUCAFRO divide-se em regionais por estado. Cada regional organiza os núcleos que podem estar em diferentes bairros e municípios, como é o caso da EDUCAFRO-Rio.

9 <http://educafrorio.org/> consulta em 19/12/17.

10 https://www.facebook.com/pg/educafro.rio/about/?ref=page_internal consulta em 19/12/17.

EDUCAFRO para realizar estes exames, e isso não é exigido para o acesso às bolsas de estudo.

Neste sentido, a EDUCAFRO tem um grande número de estudantes a ela vinculados espalhados em diferentes instituições privadas de Ensino Superior, o que configura a realização de parte de suas propostas: “A Faecidh¹¹ tem por missão: melhorar vidas por meio da educação, da igualdade social étnica e pela valorização dos direitos humanos.”¹² A inserção de negros e pobres no ensino superior, privado e público, é de extrema importância, e traz em si o rompimento com processos de exclusão que historicamente impediram esses sujeitos de acessar níveis mais avançados de ensino e postos de trabalho bem remunerados e socialmente prestigiados. Entretanto, apenas a inserção de alguns desses sujeitos em posições sociais historicamente negadas a todo um segmento da sociedade não é capaz de transformar as relações que produzem os processos de exclusão. A EDUCAFRO apresenta entre suas propostas e possibilidades de ação elementos que apontam para uma busca por mudanças na estrutura social, tais como:

Promover políticas e ações práticas que fomentem a cultura do empreendedorismo Afro como forma de ascensão social, ensejando autonomia do povo negro e pobre. (...)

Luta para difundir o conceito e as práticas das Ações Afirmativas como método de inclusão e redução das desigualdades étnicas e sociais (...)

Formação de lideranças jovens e de outros segmentos político-comunitários. (...)

Despertar nas pessoas a responsabilidade e autonomia na superação de dificuldades, tornando-as protagonistas de suas próprias histórias (...) Valorizar a vocação ativista e o engajamento social em todas as esferas da sociedade, como instrumento de transformação social¹³

Essas propostas de transformação da sociedade são articuladas a mudanças nas subjetividades de pessoas e grupos. Sujeitos que, percebendo os mecanismos de exclusão racial e social dos quais fazem parte, e ocupando posições historicamente negadas a indivíduos com seu pertencimento racial podem ser capazes de promover “instabilidade produtiva de mudança cultural”. De acordo com Pereira,

11 Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos (FAecidh), De acordo com Estatuto, registrado em cartório do 6º oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital de São Paulo, a FAecidh, é mantenedora da EDUCAFRO. Disponível no *web site* da EDUCAFRO o Estatuto apresenta registro com data de abril de 2014, sendo posterior à fundação da organização. O documento revela que FAecidh e EDUCAFRO estão imbricadas para além da manutenção financeira, pois, “para cumprir suas finalidades educacionais e sociais a FAecidh se organizará com o nome fantasia de EDUCAFRO”. Desta forma, nos referimos ao estatuto da FAecidh como estatuto da EDUCAFRO em alguns momentos deste trabalho. Disponível em <https://www.educafro.org.br/site/> Consulta em 18/07/2017

12 Estatuto da EDUCAFRO Art. 2º. Disponível em: <https://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2015/05/Estatuto-2014.pdf> consulta em: 19/12/17.

13 Estatuto da EDUCAFRO Art. 3º, itens V, XIII, XV, XX e XXI, respectivamente.

os jovens estudantes universitários de origem popular que vêm ingressando nos anos recentes na universidade pública brasileira, negros em grande parte, podem ser vistos, como diriam Fanon e Bhabha, como parte do “grupo liberatório” que pode contribuir para a “instabilidade produtiva da mudança cultural”, tanto na universidade quanto em nossa sociedade. Esses estudantes se deparam com um currículo universitário eurocêntrico e com um universo de valores e sentidos que, em grande medida, foram construídos objetivando atender e formar um determinado grupo social, a elite econômica e cultural hegemônica, da qual eles não fazem parte. Lidar de maneira produtiva com as diferenças culturais existentes atualmente na universidade é um desafio enorme. (PEREIRA, 2015, p.77)

Pereira afirma que esse processo necessariamente produz identidades híbridas, no dizer de Bhabha (2003). Estes estudantes universitários e de origem popular trazem seus diferentes pertencimentos étnico-raciais para a produção e o compartilhamento de conhecimento, “buscando escapar ao eurocentrismo e ao ‘elitismo’ predominantes na universidade desde o início de sua formação acadêmica, sem deixar de aprender com o que a universidade pode lhes oferecer em termos de crescimento.” (PEREIRA, 2015, p.78) Eles transformam a universidade enquanto são transformados por ela. Do mesmo modo entendemos que os estudantes que passam pela EDUCAFRO transformam-se e transformam-na nessa passagem, estando na universidade após passarem pela EDUCAFRO, levarão para este novo espaço as perspectivas construídas em diálogo com a organização.

Estas são questões que atravessam o currículo construído na EDUCAFRO, tendo em vista que o currículo é o espaço-tempo de fronteira onde as diferenças são negociadas e as subjetividades são afetadas e transformadas (MACEDO, 2006). Concordando com Macedo, entendemos que, neste espaço-tempo híbrido convivem e negociam culturas locais dos variados pertencimentos de alunos e professores e culturas globais majoritárias. Macedo propõe, em diálogo com Bhabha, que a educação emerge de um movimento narrativo duplo: uma temporalidade continuísta, espaço-tempo da repetição, “conjunto de saberes culturais legitimados” que o projeto educacional tem por função transmitir, que convive com uma temporalidade performática, “projeto de significação que nega qualquer temporalidade anterior”. A tensão entre essas duas temporalidades gera uma zona de ambivalência, “espaço-tempo liminar em que é possível pensar a existência do outro”, que não é visto pelas culturas legitimadas no currículo, mas que está nele, pela temporalidade introduzida pelo performativo. Macedo aponta que enquanto espaço-tempo de fronteira, híbridos culturais, os currículos constituem práticas ambivalentes que “incluem o mesmo e o outro num jogo em que nem a vitória nem a derrota jamais serão completas”. (MACEDO, 2006, p.289, 290) Ou seja, um não se torna igual ou subjuga o outro, mas postos em fronteira, em negociação, dão origem a novos saberes e identidades híbridas. Nesse espaço-tempo onde se mesclam saberes legitimados e outros saberes, é exposta a fluidez das fronteiras entre as culturas e tornadas menos estáticas as relações de poder: o híbrido cultural que é o currículo tanto fortalece certos grupos, como potencializa resistências. Assim, é possível

perceber que os cursos pré-vestibulares da EDUCAFRO podem ser uma ferramenta para a construção de luta por transformação a partir dos currículos desenvolvidos em suas aulas.

Entretanto, fica a questão sobre os estudantes que passaram pela EDUCAFRO, mas não por seus cursos, e que através dela puderam chegar ao Ensino Superior. A EDUCAFRO restringe-se a apoiar o acesso desses jovens ao Ensino Superior ou busca que eles sejam agentes de transformação social? Observando a estrutura organizacional da EDUCAFRO é possível perceber que foram desenvolvidas estratégias para que o currículo afete também a esses estudantes. Isso pode ser percebido pela forma de organização do acesso às bolsas de estudos. Para ter acesso a uma bolsa o candidato deve tornar-se um associado¹⁴ da EDUCAFRO, participar de uma reunião de acolhida e realizar a *Prova de Cidadania*. Esta prova baseia-se nos *Temas de Cidadania*, textos disponíveis no site da EDUCAFRO, e pode ser realizada quantas vezes forem necessárias até a aprovação. Uma vez aprovado, o candidato deve escolher uma faculdade parceira e, mediante o pagamento de uma taxa bastante inferior ao valor regular, realizar seu vestibular. Passando no vestibular, o candidato recebe uma carta de matrícula com bolsa de acordo com as vagas disponíveis e assume compromisso com o pagamento de alguns valores – significativamente mais baixos do que os custos com uma faculdade privada –, alguns dos quais podem ser substituídos por realização de trabalhos comunitários. Precisa ainda adquirir um “kit de empoderamento, composto por uma camiseta exclusiva da EDUCAFRO e de um livro que tem como objetivo ampliar os conhecimentos do associado sobre temáticas que possibilitarão seu crescimento pessoal e/ou profissional”¹⁵. O aprovado deve participar das reuniões mensais da EDUCAFRO¹⁶ e do *Ciclo de Formação*, que “Consiste em 10 cursos pautados nos assuntos do POVO NEGRO e POBRE.”¹⁷

É possível perceber que os muitos passos necessários para a obtenção das bolsas de estudos visam criar vínculos entre o estudante e a EDUCAFRO, começando pela forma-

14 Ao tornar-se associado o estudante pode ter acesso às bolsas de estudos em instituições parceiras e aos cursos pré-vestibulares da EDUCAFRO. Em relação aos estudantes que acessam cursos da organização entendemos que o currículo será construído ao longo do curso nas salas de aula e nos diferentes espaços formativos desenvolvidos pela EDUCAFRO. Em relação aos bolsistas que não realizam cursos, entendemos que as possibilidades de desenvolvimento de um currículo com a EDUCAFRO são mais restritas e que os Temas de Cidadania assumem nestes casos um lugar de maior destaque.

15 Regulamento dos associados EDUCAFRO. <http://www.educafro.org.br/site/> consulta em: 19/12/17.

16 As reuniões mensais da EDUCAFRO são um espaço potente de construção curricular em longo prazo, tanto com estudantes dos cursos pré-vestibulares da organização, como com seus bolsistas. Entretanto, diferente da Prova de Cidadania, necessária para acesso aos benefícios da organização, podem, apesar de serem uma exigência, deixar de ser frequentadas.

17 (Grifos no original) Informações disponíveis em <http://www.educafro.org.br/site/> consulta em: 19/12/17. Atualmente, devido à ausência de uma sede física, a EDUCAFRO Rio não tem realizado o Ciclo de Formação. Entretanto, mantivemos essa informação, tendo em vista que o não acontecimento desse espaço formativo é uma situação local e momentânea, a qual os voluntários da EDUCAFRO indicam interesse em mudar quando houver possibilidade. Entendemos que essa situação na EDUCAFRO Rio, confere uma importância ainda maior aos Temas de Cidadania e outras estratégias curriculares da organização.

lização de sua associação à organização, e sendo aprofundados pela participação nas reuniões mensais e no Ciclo de Formação. Além disso, os requisitos para a obtenção de bolsas demonstram a intenção de discutir temas que apontam para uma busca por mudanças na estrutura social mediadas por mudanças nas subjetividades dos sujeitos, construídas a partir de conhecimentos e diferenças negociados em um currículo que extrapola os limites das salas de aula. São criados espaços-tempo pela EDUCAFRO para o encontro com os estudantes, sejam bolsistas ou alunos de seus núcleos pré-vestibulares.

Nesses espaços-tempo criados pela organização, como os ciclos de formação, a reunião de acolhida, as reuniões mensais e a prova de cidadania, ela traz saberes que considera importantes para a formação de seus estudantes, sem necessitar negociar com os saberes do ENEM, como é preciso nas salas de aula. Observemos o Ciclo de Formação. Composto por 10 encontros com palestrantes sobre os seguintes temas¹⁸: Seja Consciente, seja cidadão; Estratégias para o negro vencer; Empoderamento do negro faz toda a diferença; De volta para o futuro; Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil; Complemento juventude negra; Meritocracia e Ações Afirmativas; Operadores do Direito do povo negro; Reforma política; Voluntariado; e, Missão, visão e objetivos de ser EDUCAFRO. Analisando apenas os temas do Ciclo de Formação já é possível perceber que a EDUCAFRO traz para as fronteiras do currículo saberes que valorizam as lutas em torno da construção identitária da negritude e por uma cidadania combativa pelas ações afirmativas e contra o racismo.

Segundo Gomes estes são saberes produzidos e sistematizados pelo movimento negro, “saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI” (2017, p. 14). Neste sentido, são saberes que podem despertar no estudante a sua identificação como negro e a sua participação nas lutas pelos direitos dos negros. Assim como no Ciclo de Formação, estes saberes estão presentes nos Temas de Cidadania, disponíveis no site da EDUCAFRO para que o estudante leia seus textos, que servem como base para a *Prova de Cidadania*.¹⁹ Este é o primeiro contato do candidato com o currículo da EDUCAFRO. Tendo em vista a potencialidade por nós percebida em seu conteúdo para a construção de uma educação antirracista, analisaremos os textos dos Temas de Cidadania buscando perceber os elementos que a EDUCAFRO traz para o currículo construído com os estudantes. Nesta análise, devido à necessidade de delimitação faremos um recorte, nos debruçando sobre os temas elencados no site da EDUCAFRO Rio para sua *Prova de Cidadania*, disponíveis no período da pesquisa, desenvolvida entre 2017 e 2018. Neste período a EDUCAFRO Rio contemplou

18 Informações disponíveis em <http://www.educafro.org.br/site/> consulta em: 19/12/17.

19 De acordo com o coordenador geral da EDUCAFRO RIO a prova é composta de 10 questões objetivas e, para a aprovação o estudante precisa obter 6 acertos. A avaliação pode ser realizada quantas vezes forem necessárias até a aprovação. (Entrevista com E., coordenador geral da EDUCAFRO-Rio em 04 de julho de 2018, no âmbito do projeto “As lutas do movimento negro por educação: saberes em fronteira no currículo da EDUCAFRO.”, na Biblioteca Parque Estadual, Centro, Rio de Janeiro.)

dez temas em sua prova de cidadania, entre os trinta e dois disponibilizados pela EDUCAFRO em nível nacional.

TEMAS DE UM CURRÍCULO FORA DA SALA DE AULA

A EDUCAFRO-Rio apresenta em seu *web site* dez Temas de Cidadania para que os estudantes interessados em pré-vestibular e/ou em bolsas de estudos de graduação de sua região possam se debruçar, visando a preparação para a *Prova de Cidadania*. É possível perceber, através da análise dos textos apresentados para a discussão em cada tema, os saberes que a EDUCAFRO busca trazer para o diálogo com os estudantes. A escolha desses saberes pode revelar suas concepções de conhecimento e luta e seus objetivos na formação de subjetividades. O coordenador da regional Rio de Janeiro²⁰ nos indica a importância que a prova assume no currículo da organização:

[a *Prova de Cidadania*] é mais que a inserção, é a porta de entrada para a EDUCAFRO. Porque aquele aluno e aquela aluna que já se predispôs a vir para a EDUCAFRO, ele já venceu uma barreira. Se levantou dessa situação de inércia em que ele estava. E qual é o passo seguinte? O passo seguinte é que ele vai entrar para a universidade. As aulas da cidadania e a prova de cidadania dão a ele uma resistência. Como que aquele pobre cotista entrou lá? “Ah ele veio, eu vim pelas cotas”, ele não sabe discutir cota, ele não sabe descobrir a ancestralidade dele, ele não sabe discutir a religiosidade dele, ele não sabe discutir absolutamente nada. Ou seja, a prova da cidadania é de empoderamento para que ele saiba aonde ele vai estar e como se defender.²¹

Neste sentido, buscaremos perceber, através da análise destes Temas de Cidadania, os saberes trazidos pela EDUCAFRO na construção de seu currículo. Os Temas de Cidadania são textos com os seguintes títulos e autores:

1. A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial. (Flávio J. Passos);
2. Jovens e adultos da periferia: a fronteira entre as drogas e o ingresso nas universidades Notas sobre a experiência urbana dos jovens negros: as drogas, as prisões e a morte. (Jaime Alves);
3. Universidades públicas e ações afirmativas. (Autoria não identificada);

²⁰ No desenvolvimento da pesquisa optamos por manter o sigilo em relação às identidades dos participantes, tendo em vista o desejo de alguns deles, o que foi acordado com os mesmos e registrado em termo de consentimento livre e esclarecido.

²¹ Entrevista com E., coordenador geral da EDUCAFRO-Rio em 04 de julho de 2018, no âmbito do projeto “As lutas do movimento negro por educação: saberes em fronteira no currículo da EDUCAFRO.”, na Biblioteca Parque Estadual, Centro, Rio de Janeiro.

4. Juventude negra e segurança pública: como combater a violência policial e exigir que as prisões se transformem em espaço de recuperação? (Autoria não identificada);
5. Os desafios trazidos pelo ingresso de estudantes negros e pobres nas Universidades: quais políticas públicas devemos exigir? (Lucília L. P. Lopes);
6. Os desafios da militância negra em defesa das mulheres e pela superação da violência de gênero. (Gabriela Watson);
7. Sete atos que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil. (Frei David Santos);
8. A crise econômica mundial e os dilemas da militância e dos movimentos sociais: afinal, quem vai pagar a conta? (Taylisi S. Corrêa Leite);
9. Os Afro-brasileiros, sua inclusão nas universidades e mobilidade social: Como deixar de ser oprimido sem somar-se aos opressores? Tarefa: autocrítica sobre o ingresso de afros nas universidades, no mercado e seu engajamento na luta por uma nova sociedade. (Luiz de Almeida);
10. Como os afro-brasileiros estão usando as tecnologias da informação em defesa dos direitos humanos? (Carlos E. D. Machado).

Como é possível observar, alguns textos dos Temas de Cidadania não apresentam autoria. Os textos também não apresentam referências como data e possíveis locais de publicação. Esse anonimato em relação ao contexto de produção dos textos não estimula que os estudantes compreendam que tal contexto é revelador de certas perspectivas e interesses, que sempre mobilizam qualquer produção cultural e acadêmica. Entretanto, não são indicadores de uma ideia de neutralidade na produção textual, tendo em vista a seleção operada, que congrega textos com temáticas bastante próximas e ancorados em saberes muito específicos, habitualmente excluídos de outros espaços de produção de conhecimento.

Uma questão que ganha destaque nos textos é a influência do racismo na construção das hierarquias sociais brasileiras. No Brasil ainda se faz presente o discurso do sincretismo entre diferentes culturas, formando a chamada cultura brasileira, onde o respeito à diversidade fundamentaria uma democracia racial. O chamado *mito da democracia racial*²² construiu-se em um país que, após uma política pública que visou embranquecer sua população, buscou a formação de uma identidade nacional. Na construção dessa identidade nacional, o pensamento social buscou incorporar as contribuições das três raças a partir de autores como Gilberto Freyre, Roger Bastide e Arthur Ramos. Entretanto, esses estudos seguiram na direção de um entendimento de brasileiro como branco, que recebeu as contribuições de negros e índios. De acordo com Pereira (2013) o combate à discriminação racial e a denúncia deste mito são características do movimento negro a partir da década

22 Sobre esta discussão ver PEREIRA, 2013.

de 1970, que busca a afirmação de uma identidade racial negra positivada. Essas características se fazem presentes no currículo da EDUCAFRO, como se pode observar no Tema de Cidadania *A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial*:

o racismo está no cerne do desenvolvimento do sistema capitalista moderno (a partir do século XVI) e também na estruturação da sociedade brasileira. O racismo é, então, um conjunto de práticas pautadas na lógica de submeter – reduzir, invisibilizar, criminalizar, subalternizar, colonizar, inferiorizar – o outro – pessoas, grupos, povos, comunidades – a estereótipos – na maioria das vezes “animalizados” – e a **uma condição de aniquilamento**.(...) institui leis, regras e mecanismos para manter o poder político e econômico concentrado nas mãos de um grupo que afirma superior, em detrimento da raça oprimida. Mas, antes, e aí está a sua força, o racismo cria mitos, padrões, critérios, estereótipos que definem valores morais e estéticos, conformando o que deve ser considerado como bom, bonito e correto e, conseqüentemente, o que não o é.²³

O texto aponta como o mito da democracia racial invisibiliza “diversos mecanismos de segregação racial, requintadamente elaborados e sutis”. Aborda o racismo de modo geral e o racismo institucional, levando o estudante a refletir sobre suas diferentes manifestações, que podem não ser percebidas por fazerem parte de situações naturalizadas na sociedade brasileira. Isso é feito ao longo de todo o texto e culmina com um exercício onde são apresentadas diversas situações de racismo institucional a serem analisadas pelo estudante. A apresentação de situações cotidianas para a reflexão pode possibilitar a identificação do estudante com algumas delas e sua ressignificação.

O racismo é revelado pelo currículo da EDUCAFRO em uma face tão cruel que permite “a morte prematura de homens negros pelas mãos de agentes do Estado”²⁴ em uma sociedade que se diz democrática e igualitária. O Tema de Cidadania *Jovens e adultos da periferia: a fronteira entre as drogas e o ingresso nas universidades. Notas sobre a experiência urbana dos jovens negros: as drogas, as prisões e a morte* cita Abdias Nascimento²⁵ para afirmar que essas mortes são parte do ‘genocídio do povo negro’ e estratégia

23 A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial. (Flávio J. Passos) Disponível em: <https://www.educafro.org.br/rio> Consulta em 10/07/2018

24 Jovens e adultos da periferia: a fronteira entre as drogas e o ingresso nas universidades Notas sobre a experiência urbana dos jovens negros: as drogas, as prisões e a morte. (Jaime Alves) Disponível em: <https://www.educafro.org.br/rio> Consulta em 10/07/2018

25 Abdias Nascimento participou como fundador e organizador de movimentos como o Teatro Experimental do Negro (1944), a Convenção Nacional do negro (1945 e 1946), que propôs à Constituinte de 1946 que a discriminação racial fosse tornada crime. Exilou-se durante o Regime militar, atuando como professor em Universidades nos EUA. Participou da fundação do Movimento Negro Unificado (1978) e criou o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo em 1981. Participou da fundação do Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT), fundando nele uma Secretaria do Movimento Negro. Pelo partido atuou como Deputado e Senador entre 1983 e 1999, e ocupou as secretarias

de dominação racial. No Tema de Cidadania *Juventude negra e segurança pública: como combater a violência policial e exigir que as prisões se transformem em espaço de recuperação?* a EDUCAFRO aponta que a violência policial é orientada por preconceitos de cor, apresentando a construção do racismo desde suas justificativas científicas no século XIX e números que revelam as diferenças entre negros e brancos nos homicídios.

A construção da percepção de que existe racismo na sociedade brasileira serve não apenas para uma melhor compreensão da realidade social, mas também para a construção de possibilidades de transformação, que aparecem de diferentes formas, no currículo da EDUCAFRO. Entre as possibilidades de luta por transformação social trazidas pela EDUCAFRO nos Temas de Cidadania está a luta pelas ações afirmativas para negros, na qual a organização esteve e continua diretamente envolvida. A construção do principal texto utilizado para discutir a temática, *Universidades Públicas e ações afirmativas*, é reveladora de que, mais que evidenciar diferentes aspectos possíveis da discussão, a EDUCAFRO busca desmontar argumentos contrários à sua implementação e estimular os estudantes a acesarem a universidade através da política. Entre os argumentos contrários às cotas circula a ideia de que elas afirmam a incapacidade daqueles às quais são destinadas. Dialogando com essa ideia, o texto coloca em debate perspectivas de meritocracia e capacidade. A meritocracia é colocada como “corrupção disfarçada que setores da sociedade brasileira usam para desviar o dinheiro público para os mesmos” e a ideia de equidade é discutida, sem o uso do termo, mas apontando a “falsa igualdade” da qual partem as universidades brasileiras para organizarem seus vestibulares. Na defesa de que a meritocracia utilizada pelas universidades é injusta e não mede as capacidades dos estudantes, o texto coloca em xeque a própria compreensão da legitimidade do conhecimento:

[As universidades] têm a coragem de dizer que os que entram, o fazem por mérito, pois prestaram o mesmo vestibular. Deveríamos ter vergonha em permitir a continuação deste falso e injusto sistema de mérito. Qual é a solução? É corrigir rapidamente este erro de interpretação. **O vestibular deve medir capacidade e não acúmulo de saber acadêmico (...)**

O conteúdo dos vestibulares públicos corre o perigo de ser conteúdo descartável. Passa a ser uma excelente ferramenta para eliminar os pobres e afrodescendentes, que não tiveram acesso a conteúdos complexos e cheios de “macetes”, ministrados nos cursinhos caros, mas tem capacidade, que não é medida pelos vestibulares. Quem ganha com isso?

O Brasil, com certeza, está jogando no lixo talentos, unicamente por serem pobres e afrodescendentes. (Grifos do original)

Assim, a EDUCAFRO problematiza a ideia de saberes universais, questionando os conteúdos cobrados nos vestibulares, e contrapõe capacidade ao domínio desses saberes.

Estaduais de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras (1991-1995) e de Direitos Humanos e da Cidadania (1999-2003). (PEREIRA, 2013)

Um exemplo prático revela ao estudante como esse argumento se concretiza em comprovação de que os estudantes que acessam as cotas não são menos capazes que os demais, apesar de terem tido menor acesso a conhecimentos escolhidos pelas universidades como legítimos:

nove anos depois [de a PUC²⁶ começar a oferecer bolsas a estudantes pobres], só através da Pastoral do Negro (entidade EDUCAFRO), a PUC Rio já concedeu bolsas de estudos para 565 pessoas!!! A média acadêmica desses alunos bolsistas, por amostragem, é superior à média dos pagantes!!! Como se explica isto? Fácil: Os alunos, mesmo vindo da rede pública e, sendo 90% afrodescendentes recebendo uma oportunidade, provam que têm capacidade. É, justamente isto, o que falta para os pobres e afrodescendentes nas Universidades Públicas. **Terem oportunidades para provar que são capazes.** (Grifos do original.)

Além dos argumentos citados, que apontam para o fortalecimento da compreensão dos sujeitos afrodescendentes e pobres de si próprios como pessoas capazes e de que as cotas não representam uma diminuição dessa capacidade, o texto debate a própria ideia de ação afirmativa de modo a questionar os mecanismos de manutenção do *status quo*. Esse argumento é construído a partir da comparação das cotas para grupos “étnicos” e pobres com outras políticas de ação afirmativa no Brasil e no mundo, que não enfrentam as mesmas críticas e dificuldades de implementação. Assim, o texto remete às políticas que compensam judeus vítimas do Holocausto e suas famílias, e às cotas para mulheres em partidos políticos e para deficientes em postos de trabalho.

O texto levanta a dimensão que a sociedade brasileira confere aos “350 anos de discriminação e trabalhos forçados” vividos pelo povo afrodescendente no Brasil em comparação aos sete anos de “discriminação e trabalhos forçados” vividos pelos judeus. Apesar de o texto não historicizar o antissemitismo, ele não diminui a desumanidade da experiência judaica, mas revela como a experiência dos africanos e seus descendentes não tem a mesma empatia e reconhecimento, tendo em vista que a luta por ações afirmativas para negros no Brasil gera grande debate, com acusações de que tais políticas seriam injustas e prejudiciais. O tema de cidadania em questão permite ao estudante perceber que um judeu europeu ainda é um branco e essa branquitude confere uma empatia a seu sofrimento que não tem correspondência no sofrimento da pessoa negra, como indicou Fanon (2008).

Comparando ações afirmativas para pobres e afrodescendentes às destinadas a mulheres e deficientes, o texto questiona o fato de estas não serem criticadas como as primeiras, e aponta que a polêmica em torno das cotas para as universidades se dá em função de que essa política “mexe com privilégios de alguns, das classes média e alta”. Assim, o texto faz um cruzamento das perspectivas de exclusão social e racial para trazer

26 Pontifícia Universidade Católica.

ao estudante a perspectiva de que as cotas são criticadas por alterarem a estabilidade dos processos que organizam essa exclusão. Como afrodescendente e pobre o sujeito que lê esse texto pode perceber seu acesso às cotas como estratégia para transformar sua vida e para a sua inserção social, e também para fazer parte de uma mudança na sociedade, percebendo a devoção do negro ao estudo como “um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista.” (HOOKS, 2013, p.10) O texto trabalha questões que mobilizam a autoestima de sujeitos que têm suas potencialidades constantemente questionadas na sociedade e, aponta que o acesso às cotas não significa que suas capacidades são menores, o que pode transformar visões sobre o sistema de cotas e possibilitar o acesso a ele, tendo em vista que isso depende da auto declaração e do desejo de acesso dos indivíduos.

Dialogando com essa perspectiva de transformação social, a EDUCAFRO traz à discussão o impacto que a presença dos estudantes pobres e negros nas universidades pode causar, mais uma vez, desconstruindo a perspectiva de conhecimentos universais. Indo no sentido apontado por Hooks, que entende o trabalho intelectual como “parte necessária da luta pela libertação, fundamental para todos os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes” (1995, p.466), a EDUCAFRO traz o Tema de Cidadania *Os desafios trazidos pelo ingresso de estudantes negros e pobres nas Universidades: quais políticas públicas devemos exigir?* No texto é debatida a importância de gerar conhecimento que contemple a diversidade das novas presenças no espaço acadêmico e mostre a perspectiva do oprimido. Nesse sentido, podemos aproximar a perspectiva da EDUCAFRO daquela desenvolvida por Pereira, de que estudantes negros e pobres têm o potencial de causarem instabilidade produtiva de mudança cultural, ou seja, a partir de sua entrada na Universidade, ela não será mais a mesma, inclusive em relação à produção de saberes. O texto utilizado pela EDUCAFRO aponta a produção desse conhecimento como responsabilidade dos estudantes pobres e negros, que passaram a ocupar espaços na universidade.

Desafio este que exige firmeza e tranquilidade, pois negros e pobres convivendo em situação de igualdade, ainda que somente a partir da sua entrada, com ricos no espaço universitário, é provocação para construção de novo conhecimento com perspectivas do oprimido. Para tanto será necessário superar a cilada imposta pelo contexto sócio econômico da universidade e *não perder a identidade de diversidade*, nesse espaço. A diversidade passa a ser um problema no espaço universitário quando se quer ficar invisível, imune a provocações e insultos. Para que a política seja exigida *é necessário não se esquecer de onde saíram os negros e pobres, ainda antes, quais momentos e condições históricas os submeteram a tais circunstâncias sociais no Brasil.* (Grifos nossos)

O texto aponta que essa luta se dará através da identidade, que precisa ser afirmada, mesmo diante de “provocações e insultos”. Entendemos que, a partir dessas afirmações,

a EDUCAFRO busca construir nos sujeitos, ou reforçar, suas identidades de negros e pobres de modo afirmativo e positivo, como importantes nas lutas políticas e sociais a serem travadas, mas também, na produção de conhecimento, um campo marcado no Brasil como espaço para as elites intelectuais. Assim, vai ao encontro da visão de Bhabha, na qual:

O objetivo da diferença cultural é rearticular a soma do conhecimento a partir da perspectiva da posição de significação da minoria, que resiste à totalização – a repetição que não retornará como o mesmo, o menos-na-origem que resulta em estratégias políticas e discursivas nas quais acrescentar não soma, mas serve para perturbar o cálculo de poder e saber, produzindo outros espaços de significação subalterna. (1998, p.228)

A diferença afirmada nas universidades pode produzir, segundo a EDUCAFRO, mais que mobilidade social para os indivíduos. No Tema de Cidadania *Os Afro-brasileiros, sua inclusão nas universidades e mobilidade social: Como deixar de ser oprimido sem somar-se aos opressores? Tarefa: autocrítica sobre o ingresso de afros nas universidades, no mercado e seu engajamento na luta por uma nova sociedade*, a EDUCAFRO discute a importância da identidade coletiva e aponta que:

Por estar imerso na realidade opressora - no caso a universidade -, não surpreende que o oprimido identifique-se com o opressor ao invés de libertar-se. Isto se verifica na fantasia da “integração” que, longe de estabelecer normas para uma convivência autêntica e respeitosa, é uma forma de exigir a eliminação do compromisso que o negro universitário tem para com todos os outros afro-brasileiros.²⁷

Segundo o texto, identidade coletiva e “laços de solidariedade com seus semelhantes” sofrem tentativas de apagamento na universidade, processo que “se dá desde o ambiente acadêmico até o conteúdo das disciplinas”, que converteria o negro “numa caricatura do opressor” e que apenas poderia ser evitado a partir do acionamento da identidade coletiva e da solidariedade. A EDUCAFRO dialoga assim com a identidade e com o sentimento de pertencimento dos indivíduos a uma coletividade:

Que a entrada no ensino superior não seja vista como um ato de superação de um indivíduo, mas o resultado de um trabalho coletivo, que resulta no compromisso social do universitário. Deve a vida universitária ser vista como esclarecimento, de tomada de consciência do aluno de sua posição no mundo e, portanto, das possibilidades de mudança.

²⁷ Os Afro-brasileiros, sua inclusão nas universidades e mobilidade social: Como deixar de ser oprimido sem somar-se aos opressores? Tarefa: autocrítica sobre o ingresso de afros nas universidades, no mercado e seu engajamento na luta por uma nova sociedade. (Luiz de Almeida). Disponível em: <https://www.educafro.org.br/rio> Consulta em 10/07/2018

A construção das identidades coletivas, que a EDUCAFRO aponta para os estudantes como caminho para a luta em torno da transformação social, é um trabalho de seleção, que envolve a escolha de memórias e características que representem o grupo, como afirma Pollak:

Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. (1992, p. 8)

Esta seleção irá definir aqueles que fazem parte de uma coletividade, e os que estão fora dela. Neste sentido, a EDUCAFRO aponta as características definidoras de pertencimento ao grupo que busca representar, os negros, delimitando aqueles que dele fazem parte, como se observa no Tema de Cidadania *Como os afro-brasileiros estão usando as tecnologias da informação em defesa dos direitos humanos?*

Negro é o nome que o IBGE dá a quem é pardo e quem é preto. A cor preta é designada a pessoas que tem pele mais escura. Mas ambos pertencem ao mesmo grupo. Há quem ache que é um erro somá-los. Fui conferir em diversos indicadores sociais. Em todos - seja consumo, renda, tempo de vida - a distância social entre brancos e pardos ou entre brancos e pretos é enorme, mas entre pardos e pretos a distância é pequena. Conclusão: *sociologicamente eles estão no mesmo grupo.*²⁸ (Grifo nosso)

A EDUCAFRO indica assim que pretos e pardos devem somar-se na luta por direitos, porque passam por processos de exclusão semelhantes. É importante refletirmos sobre o impacto que essa perspectiva pode ter nas construções identitárias dos estudantes que dialogam com a EDUCAFRO neste currículo. Assim como Fanon aponta sobre sua realidade: “Eu me esquivo desses escrutadores do ante dilúvio, e me agarro a meus irmãos, pretos como eu. Horror, eles me rejeitam. Eles são quase brancos! E depois, eles vão se casar com uma branca. Terão filhos morenos... Quem sabe, pouco a pouco, talvez...” (2008, p.109), no Brasil, onde a identidade negra é negatizada socialmente, muitos indivíduos veem-se como morenos, ou brancos, mesmo vivenciando os processos de exclusão que as hierarquias raciais impõem. Ao apontar que pretos e pardos estão em um mesmo grupo, os negros, ela indica a possibilidade de uma identidade construída a partir da exclusão, mas também da solidariedade e da luta.

As identidades são formadas culturalmente, como aponta Hall, por

²⁸ Como os afro-brasileiros estão usando as tecnologias da informação em defesa dos direitos humanos? (Carlos E. D. Machado). Disponível em: <https://www.educafro.org.br/rio> Consulta em 10/07/2018

sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. (1997, p. 26)

Essa é uma temática que emerge em diversos Temas de Cidadania, não apenas de forma subjetiva, através da valorização da identidade negra e da afirmação de sua importância na luta por direitos, mas também ao discutir a própria questão da formação dessas identidades em uma sociedade que as desvaloriza. Fanon já revelou como o racismo afeta a percepção dos sujeitos que o sofrem sobre si próprios:

tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso espaço, no mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera de incertezas. (2008, p.104)

No mesmo sentido, o Tema de Cidadania *A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial* aponta como o racismo é introjetado por brancos e negros

A dimensão psicológica é certamente a maior vitória do racismo. E pensar combate ao racismo institucional significa sim pensar que ele só existe e tão multifacetado porque fomos sim vitimados por séculos e introjetamos (nós negros e nós brancos) esse sentimento de racismo contra os negros.²⁹

A introjeção do racismo pelos negros, que gera distorções de sua autoimagem, é abordada pela EDUCAFRO como construção presente em diferentes campos da sociedade, adquirindo muita força na mídia, como aponta o Tema de Cidadania *Os desafios da militância negra em defesa das mulheres e pela superação da violência de gênero*:

contínua ação negativa de publicidade e propaganda na formação do imaginário da mulher negra. (...) essa forma de representação elabora uma construção social tanto do que é ser negro quanto da mulher negra. E aí que entra o conceito de formação da identidade. Segundo Elisa Nascimento “A identidade pode ser vista como uma espécie de encruzilhada existencial entre indivíduo e sociedade em que ambos vão se constituindo mutuamente (...). a idéia que temos de nós mesmos condiciona nossos sonhos e metas. As mulheres negras veem de tantas maneiras, e sempre de forma interna, representações negativas que acabam por introjetar a idéia e passam a acreditar que é a realidade.

29 A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial. (Flávio J. Passos) Disponível em: <https://www.educafro.org.br/rio> Consulta em 10/07/2018

(...) *A travessia de ser uma mulher de aparência negra, para ser uma mulher negra cidadã* é tão longa e seu início é marcado pelo resgate e apropriação da sua cultura, que também não é ensinada na escola. Dizer: sou mulher negra, não é fácil. Ao dizer isso, assumimos nosso passado doloroso, mas também a ancestralidade e sabedoria africanas e nossa história de superação.³⁰ (Grifo nosso)

O texto evidencia que não é fácil romper com construções identitárias feitas ao longo da vida, inclusive influenciadas pela mídia, que tanta força tem nas sociedades contemporâneas. Entretanto, nesse árduo caminho, indica que o ponto de chegada é a cidadania, a valorização de sua ancestralidade e saberes.

O conhecimento do protagonismo de negros ao longo da História pode impactar na construção identitária dos sujeitos que vivenciam hoje os desafios trazidos por uma sociedade hierarquizada pelo racismo. Em geral esse protagonismo sofre um apagamento nos currículos escolares, que trazem em sua temporalidade continuísta discursos como o da Princesa redentora que livrou os negros da escravidão em 1888. Nesse aspecto evidencia-se a temporalidade performática no currículo da EDUCAFRO em relação aos currículos tradicionalmente estabelecidos nas instituições escolares. O Tema de Cidadania *Sete atos que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil* aponta que na ocasião da lei Áurea apenas 5% do povo negro ainda era escravizado, pois “Os demais tinham conseguido a libertação através dos próprios esforços ou das irmandades!”. O texto aborda o protagonismo dos negros nas lutas por liberdade e melhores condições de vida, assim como aponta situações de exclusão social, política e econômica dos negros ao longo da História, com suas permanências na atualidade, indicando que é possível transformar tais situações. E dialoga com o estudante, buscando fazê-lo perceber que ele pode assumir protagonismo nessas transformações:

Estes sete atos oficiais são apenas uma pequena amostragem dos 509 anos de opressão e massacre ao qual o povo afrodescendente foi submetido em terras brasileiras. Poderíamos nos perguntar: o que eu, juntamente com minha entidade, podemos fazer para ajudar na recuperação da consciência histórica e os direitos do povo afrodescendente?³¹

A EDUCAFRO indica que o caminho para que os negros alcancem direitos está em suas mãos, dependendo da sua luta hoje, como tem sido no período escravista e no pós-abolição:

[a institucionalização da República] não previu, nem a reparação pelo passado escravocrata, nem a participação ativa dos negros no novo momento “nacional”, pois, (...) “entregues à sua própria sorte, os africanos e seus descendentes vêm,

30 Os desafios da militância negra em defesa das mulheres e pela superação da violência de gênero. (Gabriela Watson). Disponível em: <https://www.educafro.org.br/rio> Consulta em 10/07/2018

31 Sete atos que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil. (Frei Davi Santos). Disponível em: <https://www.educafro.org.br/rio> Consulta em 10/07/2018

desde então (a abolição), *construindo a sua história, a despeito de tudo quanto lhes foi e continua sendo negado, nos espaços que lhes foi possível ocupar.*³²

Além da ação coletiva dos negros, o texto de *Sete atos que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil* aponta a necessidade de que outra coletividade se implique em relação ao que foi a escravidão e a colonização, e à manutenção dos processos de exclusão:

Este relato de massacre (“cerca de metade, após serem cobertos de pancadas ao longo de um áspero caminho, sucumbem miseravelmente”) que nos é transmitido neste documento papal deve falar fundo em nossa consciência histórica de defensores da justiça do Reino de Deus. Todo cristão que tem senso de justiça deve reler estes 500 anos de colonização a partir das vítimas desta catástrofe colonizadora!

O texto traz uma crítica à participação da Igreja Católica no processo de colonização das Américas e escravização de africanos, que deu legitimidade às ações das potências europeias do período. Neste sentido, os saberes do movimento negro aparecem em evidente negociação com os saberes do campo religioso, ao qual a EDUCAFRO está ligada pela presença dos franciscanos na organização. Entretanto, diferente de outros espaços de crítica às ações da Igreja, o texto da EDUCAFRO vai além, trazendo um histórico de ações da instituição que foram em outro sentido, mas que não foram seguidas pelos colonizadores e não costumam ser resgatadas historicamente.

O poder colonial usou a Igreja para impor seus interesses escravocratas. Cada ser humano, até hoje, tem uma postura política e o poder faz uso desta postura conforme seus interesses. Outras posições da Igreja contra a escravidão e a favor da população negra, não foram seguidas pelo poder colonial. Exemplo: O Papa Urbano VIII, no ano de 1639, no breve “Comissum Vobis” afirmava que deveria ser automaticamente expulso da Igreja o católico que escravizasse alguém. Esta ordem Papal não interessava ao PODER COLONIAL e fecharam seus ouvidos para esta determinação.

Além disso, o texto afirma que os cristãos atuais devem implicar-se nessa questão. A EDUCAFRO, no dizer de Frei David Raimundo dos Santos, seu fundador e coordenador geral é uma forma de colocar a estrutura da Igreja a serviço do negro:

Nesses 20 anos, a gente como padre oficial de uma paróquia, fazia 10% de trabalho na paróquia como padre e 90% a gente ia pelo Brasil afora trabalhando a questão do negro. Foi a minha proposta. *Eu me tornei padre para colocar a estrutura da Igreja a serviço do negro. Foi essa a minha estratégia, foi essa e está sendo ainda essa a minha estratégia.* Me tornei padre para colocar a estrutura da Igreja a ser-

³² A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial. (Flávio J. Passos). Disponível em: <https://www.educafro.org.br/rio> Consulta em 10/07/2018.

viço do negro. Essa rede de pré-vestibular comunitário que nós criamos no Brasil, ligada ou não à Igreja, o despertar do ingresso do negro na universidade aconteceu porque a gente botou, radicalmente, a estrutura da Igreja para esse serviço. Então, os núcleos de pré-vestibular nasciam nas igrejas, nos salões das igrejas e a coisa ia pegando fogo por aí.³³

Entretanto, apesar de os saberes religiosos aparecerem de forma importante e cristãos serem chamados à responsabilidade por *um reino de justiça de Deus* diante da *catástrofe colonizadora*, os saberes do movimento negro e o protagonismo de suas ações aparecem com maior evidência nesse e nos outros textos dos temas de cidadania. O movimento negro é trazido no texto como exemplo histórico da importância do protagonismo negro através das lutas identitárias coletivas, que vêm alcançando conquistas, como é o caso das ações afirmativas:

Fruto de décadas de lutas do movimento negro na denúncia das formas de racismo, muitas têm sido as políticas de ações afirmativas aprovadas e/ou propostas pelo legislativo e pelo executivo. (...)

Exercício 03. Tema: As conquistas na superação do racismo. (...) fazer uma lista: a) das **principais ações afirmativas** em curso no país nas últimas décadas, se possível, datando e localizando sua presença (ou ausências). (...) b) os principais movimentos sociais, intelectuais e lideranças negras **deste cenário**. (Grifos do autor)

É importante destacar que o movimento negro não é uma estrutura homogênea, sendo composto por diferentes organizações, com diferentes agendas e perspectivas, comportando inclusive divergências. As diferenças existentes nesse movimento se refletem nos saberes por ele produzido e se evidenciam nos temas de cidadania a partir de perspectivas diferenciadas apontadas nos textos. Observamos, por exemplo, que um dos textos citados afirma que apenas 5% do povo negro ainda era escravizado, pois “Os demais tinham conseguido a libertação através dos próprios esforços ou das irmandades!” e outro que destaca que “entregues à sua própria sorte, os africanos e seus descendentes vêm, desde então [a abolição], construindo a sua história, a despeito de tudo quanto lhes foi e continua sendo negado, nos espaços que lhes foi possível ocupar”. Apesar de ambos os textos destacarem o protagonismo negro, o primeiro rechaça o dia da assinatura da lei da abolição como marco, ressaltando a agência da população negra na luta por liberdade ao longo do tempo,

³³ A entrevista com Frei David foi realizada em 11/05/2004, no CPDOC da FGV, no âmbito do projeto “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, coordenado por Verena Alberti. Entrevistadores: Verena Alberti e Amilcar A. Pereira.

enquanto o segundo assume o marco da abolição como uma construção de outrem, que teria deixado os negros “entregues à sua própria sorte”.³⁴

As ações e conquistas do movimento negro transformam-se em tema de pesquisa, proposto ao estudante como exercício. Essa proposta pode abrir caminho para o conhecimento de inúmeros processos em que estes movimentos estiveram envolvidos, muitos dos quais podem relacionar-se a realidades vividas pelo estudante, o que pode contribuir para sua identificação com a questão e para a influência deste em sua subjetividade. É importante destacar que as lutas dos movimentos negros, apesar de, como afirma Pereira (2012), serem partes da História do Brasil, “são ainda pouquíssimo estudadas nas aulas de história nas escolas de nosso país” (2012, p. 123). Isso revela a temporalidade performática no currículo da EDUCAFRO, que traz para suas fronteiras elementos ainda silenciados em muitas salas de aula, apesar dos avanços após a promulgação da Lei 10.639/03.³⁵ Perceber o protagonismo de negros e negras unidos por suas demandas revela que a transformação social é possível. A EDUCAFRO aponta então para possibilidades de mudança, convidando o estudante a ser protagonista na implementação das lutas e no desenvolvimento de estratégias:

precisaremos atacar o racismo no sistema que é o que mais se alimenta disso tudo. Além de combatermos o problema na sua execução, precisamos descobrir como atingi-lo na sua raiz, ou seja, no que mantém as organizações vivas e racistas. (A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial.)

O uso da primeira pessoa do plural no texto indica que o estudante é parte dessas lutas e desses movimentos, acionando o sentimento de pertencimento e dialogando com sua subjetividade a partir da possibilidade de fazer parte de uma identidade coletiva. Segundo a EDUCAFRO essa identidade coletiva possibilita a organização para a luta por direitos:

não há sistema de opressão que resista a luta do povo organizado. Do quilombo a universidade pública, a palavra de ordem é: continuar a luta de Zumbi e multiplicar a experiência de Palmares. Se a favela é vista pela classe média e pela mídia como o lugar dos sujos e malditos, transformemos a periferia no espaço de gestação do Brasil que queremos. Para isso, nossa luta contra o racismo é também uma

34 Vale ressaltar o fato de que, mesmo apresentando diferentes interpretações sobre o processo histórico relativo à abolição da escravidão, ambos os trechos dialogam com as novas historiografias sobre a escravidão e sobre o pós-abolição, produzidas no Brasil respectivamente a partir dos anos 1980 e dos anos 2000. A nova produção historiográfica, desde os anos 1980, tem como uma de suas principais marcas o reconhecimento das pessoas escravizadas e seus descendentes como sujeitos históricos, buscando reconstituir aspectos de sua agência histórica, antes e depois da abolição da escravidão, ocorrida em 1888.

35 Inclui no currículo oficial da Educação Básica a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

luta contra todas as formas de opressão (...) estruturantes da dominação racial no Brasil.³⁶

A EDUCAFRO indica que a militância é o caminho para soluções reais para uma situação que aponta como crise da Modernidade. O Tema de Cidadania *A crise econômica mundial e os dilemas da militância e dos movimentos sociais: afinal, quem vai pagar a conta?* discute a perspectiva marxista das crises do Capitalismo. A relação entre a exploração e a questão racial é apresentada através do exercício proposto: pesquisa e redação sobre o desemprego e as etnias. O texto aponta a crise do século XXI como momento de intervenção e solução, mas uma solução que tenha o protagonismo daqueles que são explorados pelo sistema vigente

esta solução não pode ser aquela imposta pelos opressores, no sentido da contemplação de seus interesses. O remédio adequado é a superação da própria lógica do sistema.

Através dos Temas de Cidadania podemos perceber que a EDUCAFRO traz para as fronteiras do currículo que constrói com os estudantes, ingressantes nos núcleos pré-vestibulares ou à procura de uma bolsa de estudos, as possibilidades de transformação social a partir do protagonismo negro nas lutas identitárias. As fronteiras do currículo são fluidas e alteram a fluidez das identidades dos próprios sujeitos que constroem esse currículo e nele se reconstróem. A percepção do racismo sofrido, a construção da identidade negra e da luta contra o racismo e a exclusão são algumas possibilidades que podem ser desenvolvidas a partir do currículo da EDUCAFRO nos Temas de Cidadania. Em todos os textos são apresentados saberes construídos pelo movimento negro, como a percepção da hierarquização racial da sociedade brasileira e são debatidos os processos de exclusão sofridos pelos negros, desnaturalizando esses processos e apontando possibilidades de mudança e estratégias de luta. As lutas coletivas em torno da afirmação da identidade negra são valorizadas e é incentivado o protagonismo na luta antirracista, por justiça e dignidade.

Cabe destacar que os saberes produzidos e sistematizados pelo movimento negro se fazem presentes em outros espaços-tempo desenvolvidos no currículo da EDUCAFRO, além dos temas de cidadania, que abordamos com mais ênfase ao longo do presente artigo, como percebemos nesse trecho de entrevista com um professor e ex-aluno, sobre a reunião de acolhida da qual participou ao ingressar na EDUCAFRO:

Seis horas, pontualmente, ele [o voluntario da EDUCAFRO] subiu, sentou na cadeira dele lá, tinha um *Power Point*, na rua Buenos Aires, 167. Ele sentou lá, abriu o *Power Point*, e a primeira coisa que ele começou a me falar foi sobre “situação do

36 Jovens e adultos da periferia: a fronteira entre as drogas e o ingresso nas universidades Notas sobre a experiência urbana dos jovens negros: as drogas, as prisões e a morte. (Jaime Alves) Disponível em: <https://www.educafro.org.br/rio> Consulta em 10/07/2018.

negro no Brasil”, pra todo mundo, começou a falar de política, começou a falar de conjuntura econômica, social, os fatores psicológicos, de racismo. E eu, que fui só pra conseguir uma bolsa, começava ali a minha formação política. E aí, eu nunca mais saí da EDUCAFRO, e eu nunca mais parei de correr, porque ali eu comecei a ver que eu tinha outros referenciais de negro, pra além daquilo que eu ouvia. (...) Então, a minha história na EDUCAFRO é, primeiro, inadequação, de onde eu estava pra onde eu deveria estar; [segundo] auto afirmação, ali eu começo a me reconhecer como negro; e terceiro, trajetória acadêmica.³⁷

Este relato nos mostra a potência de construção de uma educação antirracista a partir do currículo da EDUCAFRO, que, no caso desse ex-aluno influenciou na construção de suas subjetividades, provocou uma transformação em sua forma de pensar a sociedade e sua própria trajetória, enfim, sua própria identidade.

Diferente do que se passa nos currículos escolares, de forma geral, os “saberes emancipatórios produzidos e sistematizados pelo movimento negro” (GOMES, 2017, p.54) são privilegiados no currículo que a EDUCAFRO constrói com o estudante através de seus Temas de Cidadania e de diferentes estratégias, incluindo suas salas de aula. Percebemos ao longo da pesquisa o engajamento de muitos professores e voluntários da organização enquanto militantes negros e acreditamos que o pertencimento desses sujeitos não pode ser separado deles, mas coloca-se em fronteira na construção de saberes desenvolvida nas salas de aula da EDUCAFRO. A entrevista da professora G. exemplifica essa indissociabilidade entre a identidade dos sujeitos, as experiências de vida que eles trazem e os saberes que emergem no currículo:

Eu não tenho um amigo que foi criado comigo, eu não tenho isso. Eles morreram todos. Eu morava do lado de uma boca de fumo, quando eu descia... eu morava no morro. Quando eu descia a rua tinha quatro bocas de fumo. E dentre esses amigos todos que eu perdi, eu ainda perdi meu irmão, que era um ano mais novo que eu. Depois, quando a gente foi para Ricardo [de Albuquerque] eu perdi meu outro irmão assassinado também. (...) Eu tinha que me justificar e dizer que eles não eram bandidos, que eles morreram... um morreu na saída do baile, o outro morreu saindo do emprego. Eu sempre precisei justificar. “ah, mas, morreu? Eles eram bandidos?” As pessoas perguntam isso. Então eu fiquei pensando: “Poxa, será que todo negro que morre é bandido?” Porque tem essa pergunta? Porque eu tenho que ficar sempre explicando? (...) Engraçado, que a gente está ali pelos outros, mas pensando em nós mesmos. Eu estou ali pensando que eu não gostaria que mais ninguém passasse o que eu passei. Uma história de vida muito difícil. Ainda hoje não é fácil. Mas eu passei... pra que, que eu passei por tanta dor? Pra que, que eu sofri tanto? (...) Então eu estou lá e faço questão de dividir isso com eles, porque eu quero que eles percebam que a vida não é fácil, não é só pra eles, não. Não é pra ninguém na nossa situação. Quando você compreende isso, você quer dividir, você tem que compartilhar.

³⁷ Entrevista com V., professor de filosofia, sociologia e cultura e cidadania, em 17 de maio de 2018, no âmbito do projeto “As lutas do movimento negro por educação: saberes em fronteira no currículo da EDUCAFRO.”, em um café em Santa Tereza, Rio de Janeiro.

(...) Eu vou estar sendo hipócrita se eu disser pra você que a questão do racismo e do preconceito não estão sempre presentes. Isso é uma coisa recorrente. Por outro lado, eu procuro trazer os temas das universidades, o que caiu na UERJ, na PUC, na FGV e no ENEM. Esse é o meu mote principal. Então eu tenho, sei lá, 35% falando sobre preconceito e discriminação, de todos os gêneros, e, todo o resto é o que caiu nos vestibulares.³⁸

Nesse sentido, percebemos que os saberes do movimento negro se fazem presentes nas fronteiras do currículo da EDUCAFRO não apenas nos espaços que ela desenvolve fora das salas de aula, mas também dentro dos cursos pré-vestibulares, no contato entre professores e estudantes, negociando com os saberes necessários para a aprovação no ENEM e nos exames vestibulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Buscamos analisar neste artigo alguns elementos do currículo construído pela EDUCAFRO, um pré-vestibular do movimento negro. Indicamos que entre os estudantes da EDUCAFRO há os que participam de suas salas de aula e também os que são beneficiados por bolsas de estudos, não necessariamente frequentando aulas dos pré-vestibulares da organização. Neste sentido, nos inquietou saber como uma organização que busca transformações na realidade social poderia afetar as subjetividades de estudantes nessas diferentes condições. Percebemos que a EDUCAFRO estabelece formas de construir vínculos com esses estudantes e busca estabelecer com eles uma construção curricular baseada em encontros mensais, em palestras de um ciclo de formação e em textos para uma prova cuja aprovação permite a associação à EDUCAFRO, os Temas de Cidadania, além das salas de aula. Debruçamo-nos sobre os Temas de Cidadania explorados pela regional Rio de Janeiro da EDUCAFRO em suas provas de cidadania, visando conhecer os saberes que a EDUCAFRO traz para o currículo que constrói com os estudantes em um espaço onde não precisa dialogar diretamente com os saberes necessários para a aprovação no ENEM.

A partir das fontes analisadas não é possível precisar os saberes trazidos pelos estudantes para o currículo que constroem em seu contato com a EDUCAFRO. Mas é fato que eles trazem seus próprios saberes, experiências e pertencimentos, que são tensionados com aqueles trazidos pela EDUCAFRO, nas fronteiras desse currículo. É possível concluir, pelas circunstâncias da busca pelo acesso a uma bolsa de estudos em instituição de ensino privada, ou a curso pré-vestibular comunitário, que esses estudantes possivelmente são sujeitos que sofreram processos de exclusão social e educacional. Processos que podem, ao longo de sua trajetória, tê-los impedido de ocupar lugares sociais de prestígio, e de acessar direitos sociais. Devido à força dos processos de exclusão social, que mantém os

38 Entrevista com G., professora de redação do núcleo pré-vestibular FGV-Nelson Mandela, em 09 de julho de 2018, no âmbito do projeto “As lutas do movimento negro por educação: saberes em fronteira no currículo da EDUCAFRO.”, em escritório de advocacia, Centro, Rio de Janeiro.

mesmos grupos de fora dos benefícios produzidos pela sociedade e até mesmo dos direitos sociais conquistados arduamente, existe o risco de que tal situação seja naturalizada e que estes sujeitos acreditem que é impossível transformar essa realidade. Entendemos que as desigualdades podem ser percebidas como fenômeno natural, desassociadas dos processos históricos e sociais que as constituem e, que “naturalizada, a desigualdade torna-se elemento constitutivo das relações e instituições econômicas, sociais, políticas, culturais e morais que funcionam, ao mesmo tempo, como mecanismos e incentivos de produção e manutenção de mais desigualdades.” (NASCIMENTO, 2010, p.123)

O Currículo que a EDUCAFRO constrói dialoga com esta possível naturalização das hierarquias sociais e com a invisibilização do racismo. Nos textos utilizados como Temas de Cidadania na EDUCAFRO Rio é apresentada a hierarquização racial da sociedade brasileira e são debatidos os processos de exclusão sofridos pelos negros, desnaturalizando esses processos e apontando possibilidades de mudança e estratégias de luta. As lutas coletivas em torno da afirmação da identidade negra são valorizadas e é incentivado o protagonismo na luta antirracista, por justiça e dignidade.

Neste sentido, a EDUCAFRO traz para as fronteiras desse currículo saberes construídos em diferentes espaços e não apenas os saberes acadêmicos tradicionalmente legitimados nos currículos escolares. Assim, se fazem presentes os saberes construídos pelo movimento negro, que influenciam hoje na produção de conhecimento, dialogando inclusive com os saberes produzidos na academia, e, aos poucos chegando aos espaços escolares, respaldados pela implementação da Lei 10.639/03, possibilitando a construção de iniciativas de educação antirracista. De acordo com Gomes,

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos.

(...) muito do que sabemos e do que tem sido desvelado sobre o papel da negra e do negro no Brasil, as estratégias de conhecimento desenvolvidas pela população negra, os conhecimentos sobre as relações raciais e as questões da diáspora africana, que hoje fazem parte das preocupações teóricas das diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, só passaram a receber o devido valor epistemológico e político devido à forte atuação do Movimento Negro. (GOMES, 2017, p.16)

De acordo com Gomes o movimento negro produz saberes identitários, políticos, e estético corpóreos. Esses são saberes que podem ser percebidos no currículo da EDUCAFRO de forma ampla, e, especificamente nos textos que a EDUCAFRO Rio apresenta como Temas de Cidadania, trazendo para esse currículo um potencial de produção de uma educação antirracista, que pode alterar a percepção dos sujeitos sobre si, sobre a sociedade em que vivem e sobre as relações sociais nas quais estão inseridos. Pode influir na

construção de subjetividades, na valorização da identidade negra e revelar aos sujeitos a possibilidade de transformações na sociedade, potencializando resistências contra o racismo e lutas por uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araujo. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**. v.37, 2006.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 14 maio 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**. Dossiê mulheres negras. Ano 3, vol. 2, 1995.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**. V.11, n.32. maio/ago. 2006.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Do Direito à Universidade à Universalização de Direitos: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as Políticas de Ação Afirmativa**. Tese (doutorado) – UFRJ/ ESS/ Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Amílcar Araujo. Por uma autêntica democracia racial! Os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. **Revista História Hoje**, v. 1, p. 111-128, 2012.

PEREIRA, Amílcar Araujo. **“O Mundo Negro’: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil”**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013. 344p.

PEREIRA, Amílcar Araujo. O Grupo PET- Conexões de saberes – Diversidade e as construções de identidades na Universidade e nas escolas. *In.*: COSTA, Warley da. E Pereira, Amílcar Araújo. (org.). **Educação e Diversidade em diferentes contextos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.